

REDAÇÕES NO VESTIBULAR: ESTUDO DO PERÍODO, UMA PROPOSTA PRAGMÁTICA *

ANTONIO ALCIR BERNARDEZ PÉCORA**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Escolha do tema

Sabe-se muito pouco a respeito da noção de período. Poder-se-ia dizer, sem perigo de redução, que o seu estudo, quer na tradição gramatical brasileira, quer na sua utilização para o ensino, assemelha-se a certos cacoetes burocráticos: onipresentes, porém, idênticos, — obrigatórios, porém, vazios. A par disso, o seu estudo é especialmente motivador para esta pesquisa na medida em que coloca em jogo elementos lingüísticos mais amplos, capazes, por essa razão, de testar o esquematismo com o qual, usualmente, considera-se o desempenho dos vestibulandos nas redações. Explica-se: tais considerações tendem à afirmação da incapacidade lingüística do público, ou, mais raramente, à sua aceitação, à afirmação de que, afinal, não há tantos problemas assim. Em ambos os pólos, os julgamentos diluem diferenças marcadas entre elementos que se referem ao domínio de regras lingüísticas de base (e, portanto, referentes à capacidade do público), e, elementos que dizem respeito à sua ativação e aperfeiçoamento (referentes à constituição de sujeitos de discurso).

1.2. Objetivos

A inexistência de discussões em torno da noção de período impede que este trabalho tenha um caráter puramente aplicado. Nesse sentido, além de objetivar a análise e agrupamento das ocorrências em seu âmbito, a pesquisa configura-se como uma tentativa de revisão teórica da noção, tendo em vista a pertinência de a inserir no contexto dos estudos sobre o discurso.

1.3. Hipóteses

As questões que se colocaram para a especificidade do corpus podem ser agrupadas em três itens

* Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas.

** Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Teoria Literária. Pós-Graduação, Unicamp.

principais. Primeiro, o período teria por função a organização das relações a serem estabelecidas, de tal modo a favorecer a explicitação do raciocínio. Segundo, os problemas encontrados em sua realização estariam, conseqüentemente, ligados a mecanismos discursivos de argumentação. Terceiro, as relações estabelecidas no interior do período seriam fornecidas pelo senso comum. A essas hipóteses de pesquisa, metodologicamente anteriores a questões de ordem teórica, foram coordenadas outras cuja função é a ampliação do quadro conceitual da noção, especificado a seguir.

1.4. Revisão do conceito

O ensino tradicional do período é pouco desenvolvido: invariavelmente, pauta-se por considerá-lo uma extensão da noção obscura de pensamento completo, por reduzir sua funcionalidade à noção quantitativa e estrutural de conjunto de orações, e por considerá-lo encerrado pelo ponto final e similares. A discussão de cada uma dessas considerações é necessária.

1.4.1. O pensamento completo

Apesar de toda a discussão já feita em torno da idéia de pensamento completo (V. Lyons, 1970), o seu uso permanece indiscriminado nos manuais de língua portuguesa. Para este trabalho é suficiente mencionar-se que qualquer totalidade que se pressuponha, em termos de linguagem natural, está relativizada por uma recepção virtual e por uma utilização real de mecanismos lingüísticos que assegurem um efeito de recepção. Pode-se dizer que um pensamento é completo, ou um determinado uso de palavras deixa de ser captado como fragmento para constituir-se em uma unidade significativamente dependente, quando tal uso ou pensamento é construído de modo a ser possível para um interlocutor virtual o seu prosseguimento. Quer dizer, o pensamento é organizado de maneira a assegurar à recepção possibilidades de compreendê-lo e desdobrá-lo: aceitá-lo, enfim, enquanto linguagem. A negação disto vai em forma da

pergunta meta-lingüística do tipo: «Como é?». «Não entendi nada...», «Não dá prá dizer de outro modo?» Ou, no caso da escrita, pela consideração do texto como «nonsense», «problemático» etc. Para resumir, não há completude senão em função de um processo pragmático de compreensão.

1.4.2. O conjunto de orações

Também essa não é uma discussão original (Lyons, 1970): o conjunto é de ordem mais complexa que cada uma de suas unidades e, igualmente, mais complexa que a soma dessas unidades. A relação entre orações implica o embricamento e a qualificação dos processos descritos em cada uma delas. Uma vez relacionadas, periodizadas, as orações já não têm um sentido anterior à relação que possa ser detectado e compreendido integralmente: o significado de uma oração no período é função de seu significado para o período. A noção de conjunto é útil, enquanto reconhecida como função entre elementos e não como justaposição aleatória de unidades (a unidade do período é o próprio período). Com isto, a noção passa a ter operacionalidade na progressão da reflexão: primeiro, enquanto função entre orações; segundo, enquanto item da argumentação discursiva. Este último ponto é fundamental na discussão a seguir.

1.4.3. Delimitação

O fato de que o limite máximo da noção seja dado graficamente acarreta vários problemas. Primeiro, a definição tradicional da noção (o período veiculando um pensamento completo) não se circunscreve à modalidade escrita: exige-se para a composição do período a existência, pelo menos, de uma oração, constituindo-se, dessa forma, como conjunto unitário. Nesse sentido, o fato de que seu limite seja arbitrado pelo ponto final traduz uma confusão de critérios para a delimitação. Segundo, os sinais de pontuação não são uma simples transcrição para a escrita das pausas da modalidade oral, e sim necessidades criadas pela natureza da primeira modalidade e fixados enquanto procedimento por normas de pontuação. Dessa forma, se tomados como fundamento da delimitação, a noção de período passa a ter função somente para a modalidade da escrita, e, conseqüentemente, para as normas que recobrem o estudo dessa modalidade. Terceiro ponto de confusão; os sinais de pontuação são critérios insuficientes para a percepção do papel discursivo que o período possa desempenhar — ele existe dentro de uma totalidade textual, e, no caso das redações analisadas, enquanto elemento de um discurso reflexivo. Assim, além de realizar-se como função entre orações, deverá constituir-se não como fragmento ou totalidade fechada, mas como unidade funcional dentro do discurso, como ponto de referência para o período seguinte, como elemento para a diversi-

dade. Nesse momento, joga-se com a progressão entre períodos, com o seu desdobramento em parágrafo e discurso. A sua operacionalidade, pelo menos em seu limite máximo, faz-se em termos da organização de um todo complexo, nível adquirido pela linguagem no momento em que pretenda constituir-se como argumento. Ainda, essa complexidade se acentua quando o discurso se faz na modalidade da escrita e no registro que, normativamente, é ligado a ela. Dessa maneira, o papel dos sinais de pontuação é ordenador, reforçador, explicitador, e não delimitador da noção.

1.5. Metodologia

Tendo em vista a redefinição da noção de período em termos pragmáticos, a qual permite uma observação menos estreita dos mecanismos lingüísticos envolvidos em sua utilização, procedeu-se a um levantamento/fichamento exaustivo das ocorrências consideradas problemáticas para um falante médio, virtual, do português. Durante o transcorrer da pesquisa, o critério válido para a utilização das palavras **problema**, **desvio**, **erro** etc. aplicadas às ocorrências fichadas recorre à discussão especificada em 1.1.. Ou seja, o **problema** é função da dificuldade de compreensão e aceitabilidade das relações estabelecidas. Nessa etapa foram localizados enganos variados, relativos à má utilização da totalidade dos aspectos lingüísticos recobertos pela noção, os quais, como foi visto, são amplos e distintos.

A recolocação das ocorrências problemáticas em termos de grupos foi possível a partir do discernimento do papel que os mecanismos lingüísticos envolvidos no erro têm com relação ao período (2.1.). Para a realização desse procedimento — fixação de grupos segundo papéis funcionais — retomou-se a discussão relativa à revisão do conceito, a qual apontava para planos de operacionalidade possíveis para a noção. Concretamente, pretendeu-se detectar se os enganos anotados diziam respeito à constituição da oração (atribuição de processo), à exigência de relação entre orações (adequação e coesão dos processos relacionados), ou, à exigência de funcionalidade do período para a totalidade discursiva (constituição de processos argumentativos). Cada um desses grupos, além de um outro, residual, relativo ao papel da norma na modalidade da escrita, são examinados em particular (2.2.).

Os problemas exemplares foram selecionados a partir do estabelecimento de quadros de frequência que forneciam o seu grau de recorrência. Evidentemente, para a pesquisa, relevam os problemas mais generalizados, relativos à média dos desempenhos.

2. ANALISE DOS RESULTADOS

2.1. Grupos obtidos

Tratar-se-á, neste item, das características gerais que permitem o reconhecimento de grupos distintos de

problemas. Pormenores descritivos dos dados empíricos serão apresentados em 2.2..

2.1.1. Elementos mínimos de constituição

Neste grupo localizam-se todos os elementos que dizem respeito à exigência mínima de constituição do período, ou seja, todos os elementos pressupostos pela noção de conjunto de orações, este entendido tradicionalmente. No caso do conjunto unitário (período simples), é pressuposto o domínio das regras lingüísticas de base, ligadas aos mecanismos de combinação e seleção que tornam as frases aceitáveis para a média dos nativos do português. Joga-se aí com a atribuição ou não de uma predicação a um sujeito. Acontece o mesmo em relação ao período composto, onde, como exigência de constituição, se acrescenta o domínio do emprego dos termos relacionais (relatores) e o domínio dos processos de coordenação e subordinação.

As ocorrências seguintes¹ exemplificam problemas deste grupo:

«O homem precisa de muita comunicação através deste meio que vivemos e desenvolvemos tudo isso que está acontecendo é feito pela inteligência e agilidade do homem através de invenções que temos, se não fosse comunicação não existiria homens neste planeta». (19)

«Não podemos cercar o homem atual, pois em seus pensamentos existe uma vontade imensa de se comunicar, quebrando sempre as barreiras do isolamento, cercado de nada». (37)

2.1.2. Elementos de coesão entre as orações

Os elementos relacionados no grupo anterior² não garantem a adequação da associação dos processos expressos pelas orações, mas somente a possibilidade de um nível mínimo de compreensão. Neste segundo grupo, situam-se os problemas relativos a essa adequação, à possibilidade de o período organizar-se como uma unidade de significado. Exige-se, aqui, não a justaposição de orações, mas a existência entre elas de uma função coesiva. Para a análise deste grupo, podem-se observar com proveito os procedimentos de recuperação, seja através de termos cujas função dominante é essa, seja através de um elemento qualquer dos processos que sugira a necessidade de co-referencialidade, isto é, a necessidade de que os processos mantenham entre si algumas referências comuns (Halliday e Hasan, 1973).

Os períodos seguintes exemplificam algumas dessas questões².

1 A transcrição dos períodos foi feita observando-se a distribuição gráfica original.

2 A fim de permitir uma localização mais rápida dos problemas discutidos, foram grifadas as seqüências relevantes.

«Nem todos tem condições para reagir, pois a falta de alimento, de um bom estudo que lhe dê uma ótima formação não existe para a maioria». (46)

«Desce o tempo das cavernas, o homem procura se aproximar do próximo, para formar família, e ajudar-se mutuamente, na procura de alimentos, no trabalho, etc..., ao contrário dos outros animais, que procuram suas fêmeas somente para procriar». (52)

2.1.3. Elementos normativos anexados à modalidade da escrita

Aos problemas observados nos grupos anteriores acrescentam-se dificuldades específicas da modalidade da escrita. Para um desempenho aceitável na redação, não se exige unicamente o domínio de determinados mecanismos lingüísticos, mas também uma prática de escrita. Nela, o processo de recepção é profundamente alterado, dado que o interlocutor deixa de estar presente à situação de produção. Nesse caso, a utilização de mecanismos que assegurem um efeito de recepção tem que ser particularmente precisa. Assim, o emprego de certos elementos da norma culta, ligados à modalidade da escrita pelas circunstâncias de produção, passa a ter funcionalidade para a clareza do discurso. O seu falseamento pode acarretar problemas em outros grupos, especialmente, em relação aos processos de recuperação.

Os períodos seguintes são típicos:

«Nenhum homem, jamais será uma ilha desde que faça do seu ego, um companheiro eterno». (1)

«(Seria ótimo se todos os homens fossem uma ilha(...)). Mas deveríamos ser uma ilha (...)).» (4)

2.1.4. Elementos da progressão argumentativa

Este é o grupo dos elementos que asseguram a eficácia do período como unidade da argumentação. Os problemas tratados aqui dizem respeito, justamente, à funcionalidade de sua constituição para o todo reflexivo pressuposto pela tarefa da redação. Evidentemente, o termo **reflexão** remete os elementos deste grupo a uma esfera mais ampla que as anteriores: dados culturais, relativos ao valor de determinadas associações lingüísticas para a época, adquirem maior importância para a análise. A adequação dos processos, por exemplo, discutida no Grupo 2, tem aqui uma re-testagem, apenas que não mais em termos de compatibilidade interna ou não, mas sob princípios discursivos do tipo **clareza**, **expressividade** etc.

Claro que o sucesso no desempenho desse limite máximo da noção de período pressupõe todos os grupos anteriores, porém, mais que os outros, liga-se às condições de produção, à situação histórica do público — à existência nele de uma prática reflexiva cuja constatação da ausência, na verdade, supera a análise de seu desempenho no período.

Os seguintes enunciados são exemplares com relação aos problemas encontrados no interior deste último grupo:

«Quando Deus criou Adão, percebeu que aquele ser não poderia viver sózinho». (3)

«O homem não consegue viver isolado, ele é um ser móvel, ele come, ele dorme, ele chora, ele ri, enfim ele é sensível e está sempre a procura de um meio de comunicação». (5)

2.2 Análise dos grupos

2.2.1. Grupo 1

As ocorrências problemáticas relativas ao primeiro grupo podem ser visualizadas na Tabela I.

TABELA I
ELEMENTOS MÍNIMOS DE CONSTITUIÇÃO

TIPOS	FREQ.	FREQ. POR REDAÇÃO
Períodos incompletos	36	0,6
Problemas com termos relacionais (preposições)	14	0,23
Períodos examinados	539	8,983

Note-se o fato de que entre os termos relacionais deixou-se de computar, neste primeiro Grupo, as ocorrências problemáticas dos relatores que estabelecem relação entre frases (relatores interfrásticos). Isto porque o engano em sua utilização só pode ser captado a partir do exame da pertinência de um processo em relação aos outros que lhe são associados. Tem-se aí, basicamente, um problema de recuperação, e, dessa forma, será melhor discutido no Grupo seguinte, relativo à coesão das orações relacionadas.

Note-se ainda que, quanto aos problemas de léxico, teria sentido estudá-lo neste Grupo se fossem entendidos como dificuldades na utilização de um vocabulário mínimo, necessário para a expressão. No entanto, como existem pesquisas específicas relativas ao léxico, preferiu-se tratá-lo residualmente no Grupo relativo às normas, bem como no Grupo relativo aos processos de recuperação. E, como será visto, tal deslocamento encontra razão de ser também na natureza dos enganos típicos registrados: uma parte substancial dos usos de termos incompatíveis com determinados contextos pode ser explicada quer pelo desconhecimento das normas da escrita, quer pela dificuldade de se recuperar um termo com a preservação do sentido que fora usado no contexto antecedente.

Pois bem, os problemas com relação ao domínio básico da língua, à constituição da oração, podem ser observados a partir do seguinte enunciado:

(a) «Mas se por ventura alguns homens resolvem ser uma ilha;] observando através da ciência, poderá haver uma grande crise; (...).» (2)

Abstraindo-se o problema imediato de pontuação (Grupo 3), pode-se notar um processo de atribuição incompleto: a transitividade do verbo observar não se cumpre. Este não é, evidentemente, um caso em que a dificuldade de entendimento do período se revela por essa incompletude: na verdade, é possível recuperar-se intuitivamente o objeto do verbo (Verbo-Objeto), uma vez que o processo anterior (resolução de tornar-se ilha) anuncia um fenômeno sobre o qual é feita a consideração final (poderá haver uma grande crise). A introdução do ponto de vista científico é ligado, por extensão, ao primeiro fenômeno e a comunicação é reconstruída sem maiores dificuldades. O dado que, certamente, surge como confuso é o significado do processo resolução do homem tornar-se ilha, e, portanto, ligado aos Grupos posteriores. Também é estranhável o tom profético da observação científica que, novamente, coloca em jogo a questão da adequação processual.

Reforça a hipótese da importância menor da incompletude da atribuição (ausência de objeto) no caso do período examinado, o fato de que, em um período posterior dessa redação, o mesmo verbo (observar) é usado com sentido idêntico e a sua transitividade é respeitada:

(a') «Observando este assunto de todos os campos possíveis (...).» (2)

(b) «O conflito do homem com a sociedade vem sendo estudado e debatido desde muito tempo (...).» (8)

Aqui, ocorre ausência da atribuição que justificaria a coordenada seguinte. Esta, no entanto, pode preencher plenamente essa função, e é tão somente o uso do conectivo que denuncia a incompletude da predicação. Observando-se ainda a disposição gráfica da frase, onde o e aparece no princípio da linha, tem-se configurada novamente a hipótese de que o erro, nesse plano básico da domínio da língua, não chega a realizar-se enquanto sintoma de uma patologia, mas, muitas vezes, tem causas acidentais.

Observe-se ainda este período:

(c) «(A valorização de seus bens materiais, forçou-o (o homem) a modificar os seus pensamentos (...).) E uma acirrada luta pelo «status» (...).» (13)

O período não apresenta verbo, e, tal como está, é absolutamente incompreensível, uma vez que não é possível a recuperação do verbo anterior (forçar a) e a obtenção de co-referencialidade por elipse. A observação mais atenta, porém, mostra que o sentido seria plenamente estabelecido com a simples inserção da preposição a entre a coordenativa e o artigo indefinido (E (a) uma acirrada...), bastaria esse procedimento para que se recuperasse o verbo forçar a. A

hipótese da circunstancialidade do erro neste Grupo novamente é viável, ainda mais se se considerar o fato de que a situação de produção — o vestibular — é extremamente tensa, desfavorável. Mas, não é necessário recorrer a explicações desse tipo para se considerar que esses defeitos, no uso de mecanismos pressupostos em um falante de língua portuguesa, não chegam a implicar a incapacidade lingüística dos sujeitos: somente 36 períodos entre os 539 examinados apresentaram esses problemas.

Com isto, os problemas mais graves e recorrentes têm que ser captados em outros planos envolvidos pela noção, justamente aqueles que a maneira usual de considerá-la não prevê: a adequação e coerência dos processos relacionados, a sua coesão.

2.2.2. Grupo 2

Com relação aos termos relacionais, elementos pertencentes ao primeiro Grupo, o número de erros que pode ser detectado no interior da oração, como foi visto, é mínimo (e, freqüentemente, ligado à dificuldade de utilização de um registro culto e formal). No entanto, no que se refere aos relatores interfrásticos, os problemas aumentam e apenas ficam patentes na análise dos processos em relação.

A Tabela II pode auxiliar a determinação dos problemas de maior recorrência neste Grupo.

TABELA II
ELEMENTOS DE COESÃO ENTRE AS ORAÇÕES

TIPOS	FREQ.	FREQ. POR REDAÇÃO
Problemas c/ relatores interfrásticos:		
redundância	41	0,683
contradição	11	0,183
sem co-referencialidade	9	0,15
Problemas com recuperação pronominal	32	0,53

O problema mais imediato de recuperação, que se coloca, diz respeito a termos cuja função é a inserção numa frase de termos, sintagmas, períodos e mesmo blocos maiores, os quais deveriam ter sido explicitados anteriormente. Entre os termos que podem cumprir tal função foram vistos, especialmente, os pronomes.

Observe-se o enunciado:

(d) «(Não podemos pensar só em coisas boas, que existe em nossa vida, devemos pensar nas ruins também, porque em nossa vida não é só rosa (...)). Mas enfim, do que adiantaria tudo isso se não tivéssemos um amor?» (10)

Tudo isso, em princípio, deve ter a mesma referência do processo descrito anteriormente (a necessi-

dade que temos de pensar em coisas ruins). No entanto, estão inseridos em um processo que afirma a inutilidade (da necessidade?) sem o amor. Quer dizer, um processo conclui aquilo que seu argumento (o processo anterior) nega. Configura-se, portanto, um caso típico de contradição, de incompatibilidade entre o recuperado (...pensar nas coisas ruins...) e o contexto do recuperador (tudo isso). Os termos de recuperação parecem ser utilizados somente como aparência de ligação, como virtualidade relacional, isto é, não como conteúdo, mas como estratégia de coesão.

Outro caso pode enriquecer a argumentação:

(e) «(O homem é um ser complexo e dependente, Todos os seus sentidos e emoções controlam sua existência.) Dentro desse todo existe uma necessidade (...).» (12)]

A utilização do demonstrativo relacionado ao todo cria a expectativa, ou, tem seu sentido condicionado ao fato de que o termo determinado haja aparecido anteriormente. No entanto, isso não acontece no exemplo: somente um termo semelhante em forma (todos) havia sido escrito no período anterior mais próximo. Observado isto, é possível levantar-se pelo menos duas hipóteses, as quais não se excluem: primeira, a utilização do termo recuperador obedece a uma estratégia de aparência e preenchimento, e não a processos semânticos de coesão; segunda, existiria uma proposição implícita, porém não implicada, um discurso (período) intermediário que não foi explicitado e que seria do tipo Todos os sentidos e emoções compõem um todo (no entanto, claro, um recuperador do tipo exemplificado acima só adquire sentido na recuperação do explícito). A primeira hipótese considera a dificuldade que o discurso reflexivo assume para o vestibulando, a segunda considera que a dificuldade tem origem na utilização, por escrito, de termos cujo significado funda-se na articulação das relações entre processos.

Os problemas de recuperação podem ser verificados, igualmente, em relação ao tipo de coordenação ou subordinação sugerida pelos relatores interfrásticos.

O período abaixo pode ajudar a discussão.

(f) «Uma ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados, quer dizer é uma massa que não pensa nem reflete e que aceita o que os seres racionais a expõe». (60)

Abstraido o engano evidente da a expõe por lhe impõem, o período pode localizar uma série de problemas de recuperação e relações internas. Com relação ao uso do termo quer dizer, o qual sugere uma relação de recuperação e explicitação da oração anterior, pelo menos dois elementos dos processos relacionados impedem sua realização plena. Primeiro, a parte da oração posterior ao termo não chega a explicitar a parte anterior, pois a relação de dominação entre homem e ilha não se coloca para a definição deste último como acidente geográfico. A aceitar-se

como significativo o uso do relator haveria, no mínimo, uma frase a ser explicitada na primeira parte e que teria como função acentuar o caráter metafórico no qual a definição foi tomada. Segundo, os processos posteriores ao **quer dizer**, os quais deveriam ter uma função explicitativa, não fazem senão redundar as informações anteriores: a consideração de que uma ilha é cercada de água por todos os lados é desnecessária para a explicitação de que ela não pensa (basta para isto que seja **porção de terra**, basta que se saiba empregar o termo).

Com relação à coordenativa, que sugere um acréscimo qualquer de informação, igualmente tem-se a frustração da expectativa — novamente ocorre um problema de redundância: que não pensa, nem reflete. Mais uma vez, portanto, as expectativas criadas pelos relatores interfrásticos, são contraditas pelos processos que eles relacionam. A relação real entre os processos acaba por ser o preenchimento de mais algumas linhas:

(g) «Se o homem tentasse se isolar, ele ficaria para trás no tempo, vivendo no passado e desatualizado, pois é através de outros homens, que ficamos sabendo das inovações existentes no mundo». (17)

2.2.3. Grupo 3

Os elementos relacionados aqui, não têm por si uma posição definidora em relação ao período, uma vez que se referem a traços normativos, quer da modalidade escrita (sinais de pontuação), quer da norma culta (basicamente, o fenômeno da concordância). Nesse sentido, não haveria razão para seu estudo pormenorizado neste trabalho — a menos que, como é o caso, eles tivessem reflexos recorrentes no desempenho dos demais grupos. A Tabela III assinala, justamente, os problemas normativos com consequências negativas para o entendimento do período.

TABELA III

ELEMENTOS NORMATIVOS ANEXADOS A MODALIDADE DA ESCRITA

TIPOS	FREQ.	FREQ. POR REDAÇÃO
Problemas de pontuação	170	2,83
Problemas com grafia e léxico característico de norma culta	57	0,95
Problemas de concordância	36	0,6

Inicialmente, com relação à pontuação, o seguinte período pode ser discutido:

(h) «Nenhum homem pode viver isolado; submerso em seu egoísmo, engaiolado em seu saber». (11)

A considerar-se rigorosamente a função do sinal de pontuação, a segunda parte do período está incompleta: falta-lhe parte da predicção. No entanto, dado que a simples substituição do ponto e vírgula pela virgula torna a associação aceitável (nesse plano básico de constituição do período), fica-se obrigado a inferir que a falha do uso da norma de escrita teve influência sobre a falha lingüística. O erro, portanto, não remete à incapacidade do falante do português, mas ao seu desconhecimento do papel dos sinais de pontuação. Se esse papel era o esclarecimento das relações — e, dessa forma, conferia-se funcionalidade à norma — o seu desconhecimento acarretou o inverso, ou seja, o agravamento dos problemas intrínsecos às relações. E, como é possível verificar-se pelos enunciados seguintes, o desconhecimento dos sinais de pontuação não diz respeito somente ao ponto e vírgula cujo uso é menos freqüente que os demais.

(i) «Como pode um ser humano isolar-se, diante dessa dádiva preciosa, que é a vida». (1)

(j) «Quando então o homem for livre num universo sem fronteiras e com muito amor, então o homem se desejar poderá ser uma ilha». (16)

Com relação à norma culta, cujo emprego é tornado obrigatório pela situação de produção, ocorre algo similar:

(k) «A ilha é um pequeno reino vegetal, apenas encontramos nela um pedaço de terras, que nem sempre é habitada»; (5)

O período apresenta de imediato um problema de concordância de número e gênero o qual vai se manifestar no processo de recuperação. Pela regra geral do emprego do pronome relativo **que**, a ele cabe recuperar o termo imediatamente anterior; este, porém, é **terras**, ou o sintagma **pedaço de terras**, sendo que nenhum dos dois parece viável no contexto do recuperador, cujo predicativo é feminino e singular (**habitada**). Cria-se, portanto, a partir de um engano na norma, um problema de ambigüidade de recuperação. Isto, evidentemente, não significa que a norma adquira, na escrita, caráter de regra. O problema não surge de uma necessidade lingüística estrita, mas do falseamento de um registro que não é incorporado pelo sujeito e que, no entanto, é exigido na prova do vestibular.

Além dos problemas mais recorrentes de concordância, existem outros, cuja origem está, igualmente, na ausência de prática da norma culta ligada à escrita. É o caso da grafia das palavras e da utilização de termos pouco usuais cujo significado não está claro para os sujeitos. Observe-se o seguinte enunciado:

(l) «(...) e que aceita o que os seres racionais a expõe.» O homem, ser racional, que não pode sobreviver isoladamente, e que pensa, reflete, analisa, nem sempre aceita o que **lhe impõe**; (60)

Existe uma indefinição do sujeito quanto ao uso e grafia dos termos relativos a **imposição**; apenas

uma dificuldade desse tipo poderia explicar o fato de que, em duas orações praticamente iguais, ele alterasse a notação dos termos. Verifique-se o período seguinte.

(m) (...) inclusive pequenos espaços de terras rodeado por pequena ou grande quantidade de água, a qual denominamos com o nome de ilha». (7)

Observam-se aí vários problemas de origem no falseamento da norma. Inicialmente, problemas de concordância (número e gênero), os quais acabam por perturbar completamente o processo de recuperação: a qual recupera água e não pequenos espaços de terras rodeado de água — e, nesse caso, ilha aparece como o nome da água que rodeia, e não da terra rodeada. Ainda, na utilização do termo denominamos, caracteriza-se a incerteza do sujeito com o seu significado no momento em que julga conveniente reforçá-lo, redundar (denominamos com o nome).

Parece evidente, pois, o fato de que o desconhecimento dos procedimentos normativos, em circunstâncias que os exige, — e onde não são passíveis de retomada e substituição pelo fato de o período realizar-se na modalidade da escrita — agrava os problemas existentes em todos os planos de atuação da noção, e, em muitos casos, chega a determinar seu aparecimento.

2.2.4. Grupo 4

Os períodos (e) e (f) colocaram um problema de incompletude de associação: a supor real o tipo de vínculo criado pelo relator, há que se exigir um outro período a ser explicitado sobre o qual incida o recuperador. Evidentemente, a incompletude do raciocínio, a não explicitação de determinados termos, em um texto escrito e reflexivo acarretam problemas de recepção. Constituído dessa forma, o período não pode ser útil ao discurso como um todo. Neste quarto grupo, estudar-se-ão, fundamentalmente, alguns problemas decorrentes da utilização sem critérios de tempos que não favorecem a explicitação (v. Perelman, 1970), mas sim o escamoteamento do discurso reflexivo (Tabela IV).

TABELA IV

ELEMENTOS DA PROGRESSÃO ARGUMENTATIVA

TIPOS	FREQ.	FREQ. POR REDAÇÃO
Noções confusas	179	2,983

Antes de se passar ao estudo das noções confusas, propriamente ditas, seria conveniente uma revisão do problema da incompletude das relações estabelecidas

no período, sob o ponto de vista da argumentação. Observe-se o enunciado:

(n) «Apesar de todo o desenvolvimento e progresso, o homem pro-] cura e precisa viver junto com alguém». (29)

O período é aparentemente perfeito, nenhum elemento de ordem estrutural ou normativa aparece problematicamente; no entanto, a restrição colocada ao desenvolvimento e progresso em termos de uma necessidade de convivência não é explicada pelos significados denotativos dos termos. A adversativa pareceria ter uma função vazia, entre termos sem co-referencialidade, caso esse tipo de restrição não fosse extremamente recorrente. Quer dizer, a oposição progresso: comunicação é exatamente aquilo que se pretende expressar; no entanto, não se explicita o ponto de vista que considera esses termos como contrários. Com isto rompe-se a possibilidade de produção de um texto coeso, e, para o que interessa neste grupo, de um texto que não se dilua no senso comum. Pois a idéia de que o progresso desumaniza, mecaniza, escraviza, ilha, quando não são expostos quaisquer componentes dos termos, — nem especificadas as condições reais às quais os termos se aplicam —, não é senão senso comum.

Observe-se agora o seguinte período:

(o) «É bem difícil imaginar uma pessoa com sentimento, com consciência do dever para consigo mesma e para com os outros, viver sozinha». (9)

O falseamento da reflexão não se restringe ao estabelecimento de relações cujo sentido não é fornecido no texto. Neste enunciado, por exemplo, ele é causado pela utilização de termos que se referem a instâncias extremamente genéricas, capazes de abranger tudo o que se chama de humano, sendo, porém, insuficientes para qualquer demonstração particular, — a menos que, o que dá no mesmo, seja explicitada a maneira como tais termos estão sendo empregados. Essas noções confusas exemplificam-se no enunciado (o) por pessoas com sentimento, ou, consciência do dever para consigo... O uso direto dessas noções certamente afrouxa a reflexão para tomar um caráter propriamente apelativo e moral (problema de maior recorrência nos períodos analisados).

Com isto, parece claro que os problemas de maior vulto residem, justamente, nos aspectos da noção de período não sistematizada em seu estudo. Os enunciados seguintes devem proporcionar uma especificação maior dos fracassos relativos a este último grupo.

(p) «É imprescindível que a chave que tranca nosso coração seja] atirada bem longe, por que é humanamente impossível vivermos isolados] de tudo e de todos». (4)

(q) «Não há amor em uma ilha». (59)

(r) «É ilógico e irracional ilhar-nos em uma maré de dúvidas e preocupações, se é nesse mar alto que podemos encontrar alguém que nos ofereça uma embarcação, uma ajuda, uma palavra». (44)

(s) «O homem de hoje, não fala, não pensa, age pois seus atos estão marcados, não há tempo para nada, tudo passa e ele não sente no entanto ele precisa de você, e do amor que ainda existe». (20)

A par de todos os enganos detectáveis nos grupos anteriores e da incidência das noções confusas, os períodos relacionados dão uma amostra contundente do grau de expressividade e originalidade dos textos, fatores importantes para a obtenção de sucesso na recepção. Tem-se, porém, a completa automatização da linguagem: a reprodução continuada das fórmulas de encadeamento mais gastas, e, portanto, menos significativas. Uma vez mais, é-se levado à consideração da inexistência de um sujeito, de um produtor efetivo, visto que a articulação realizada lingüísticamente por ele — o seu desempenho — cola-se ao senso comum. A sua linguagem é pré-fabricada; o seu discurso, dessa forma, é o da confirmação de valores considerados dogmaticamente.

3. CONCLUSÕES

A noção de período — tal como se argumentou nesta pesquisa — localiza um espaço privilegiado para o exame das redações, uma vez que recobre a utilização de variados mecanismos lingüísticos, e, desse modo, constitui-se em uma espécie de ponto focal dos problemas verificados nas demais pesquisas. Viu-se amplamente que é possível estudá-la enquanto princípio organizador, cuja operacionalidade se estende desde a manipulação de regras básicas da língua até a criação de textos; desde a atribuição de processo, característica da frase, até a expressividade e adequação da relação interfrasal, em função das condições de produção das redações. Sendo assim, a sua utilização satisfatória está condicionada ao desenvolvimento da capacidade lingüística do público, à sua prática expressiva, além do seu domínio de mecanismos mínimos exigidos para a constituição de um falante nativo.

A complexidade da noção de período sugere, portanto, a existência de usuários familiarizados com a manipulação discursiva. Essa expectativa está implícita na formulação da hipótese de que o período teria, nos desempenhos examinados, função organizadora da reflexão a ser desenvolvida nas redações. E, no entanto, como a análise dos dados deixou patente, o público apenas utiliza sem problemas os aspectos mínimos da noção, pré-discursivos e estruturais — justamente os aspectos previstos na sua conceituação tradicional. Enfim, a noção de período, tal como foi utilizada nas redações, não chega a se constituir no plano da argumentação senão negativamente pela fragilidade deste. Isto confirma a segunda hipótese, a qual supunha que as relações problemáticas no interior do período estariam vinculadas a dificuldades na formulação do discurso, mas nega sua exclusividade. Ou seja, se o período era deficiente como função coesiva, como relação processual, também o era como manifestação lingüística na modalidade da escrita. Generalizadamente, os desempenhos ignoravam o valor dos sinais de pontuação e das normas anexadas a essa modalidade. Tais elementos, que a redefinição propôs como explicitadores, tiveram, nos desempenhos, uma função inversa: o seu falseamento induziu a enganos que dificultaram, inclusive, a constituição da oração.

Com relação à terceira hipótese, de que as relações entre os processos seriam fornecidas pelo senso comum, os dados não permitem quaisquer dúvidas: recorrência na totalidade das redações de tipos precisos, incompletude associativa, estratégias de escamoteamento da reflexão, utilização maciça de termos de caráter apelativo e moral, imagens diretas e desgastadas. Tudo isso leva à conclusão da dissolução do público, dos produtores originais de textos, nas condições de produção. E este fato não corrobora opiniões que negam a esse público capacidade de utilização da linguagem, e sim demonstra a assistemática como que essa capacidade foi exigida e trabalhada. A afirmação é particularmente grave quando se refere a pré-universitários, pessoas que tiveram um longo período de aprendizado escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUCROT, O. 1972. *Dire et Ne Pas Dire*. Paris, Herman.
- HALLIDAY, M.A.K. e Hasan, R. 1973. *Cohesion in Spoken & Written English*. Londres, Longmans.
- JESPERSEN, O. 1975. *La Filosofia de la Gramática*, Barcelona, Anagrama.

- LYONS, J. 1970. *Linguistique Générale: Introduction à la Linguistique Théorique*, Paris, Larousse.
- PÉCHEUX, M. 1969. *Analyse Automatique du Discours*, Paris, Dunod.
- PERELMAN, Ch. 1970. *Les Notions el l'Argumentation, in Le Champ de l'Argumentation*. Bruxelles, P.U.B.

[Recebido para publicação em setembro de 1977]